

DOU -
04-09-97
XVD 147
Sec 1
19.460-3

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO Nº 49, DE 29 DE AGOSTO DE 1997

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1431/97. Referência: Terra Indígena UBAWAVE. Interessado: Grupo Indígena Xavante. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1431/97, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena UBAWAVE, de ocupação do respectivo grupo tribal Xavante, com superfície e perímetro aprovados de 51.900 hectares e 120 km respectivamente, localizada no município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

SULIVAN SILVESTRE OLIVEIRA

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA UBAWAVE - MT.

Referência: Processo FUNAI/BSB/1431/97 Terra Indígena: Ubawawe. Localização: Município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso. Superfície 51.900 ha. Perímetro: 120 km. Sociedade Indígena: Xavante. População: da aldeia Água Limpa, localizada dentro da área, 29; aldeias Novo Paraíso e Aldeinha, localizadas em seu limite Leste, 349 indígenas. Identificação e Delimitação: Grupo Técnico das Portarias nº 107/PRES, de 26/03/96 e 514/PRES, de 27/06/96, coordenado pelo antropólogo Jorge Luiz de Paula.

1 - CARACTERIZAÇÃO

O presente resumo de relatório refere-se aos estudos de identificação das terras reivindicadas pelas comunidades Xavante da região do rio Paraíso, contíguas à T.I. Parabubure. O nome *Ubawawe* (ponte grande) faz referência a existência, em tempos remotos, de uma grande árvore derrubada sobre o rio Paraíso, a qual era utilizada para sua travessia durante os frequentes deslocamentos que faziam pela região. Este nome passou a identificar os próprios moradores dali, especialmente uma facção dissidente da antiga aldeia *Ontidã*, que atualmente habita as aldeias Novo Paraíso (224 habitantes), Aldeinha (125 habitantes) e Água Limpa (29 habitantes).

Assim, os dados históricos da ocupação, migração, demografia e culturais, referem-se à terra Parabubure, destacando-se, quando possível, as particularidades com relação aos grupos mais diretamente ligados às terras em estudo.

Os estudos e levantamentos sobre a área, a nível de campo, foram realizados por técnicos da FUNAI, INCRA e INTERMAT, com a participação e acompanhamento diretos dos Xavante das aldeias citadas. Foram realizados nos meses de abril/maio de 1996, o que se deu por determinação da Portaria nº 92/PRES/96, substituída pela de nº 107/PRES/96, publicada no DOU nº 62, Seção 2, folha nº 2246, de 29/03/96, alterada pela de nº 344/PRES/96, publicada no DOU nº 51, folha 1840, de 14/03/96 e prorrogada pela de nº 514/PRES, de 27/06/96, publicada no DOU nº 126, de 02/07/96, seção 2 folha nº 4929, para inclusão do município de Novo São Joaquim na localização das áreas de estudo e substituição de técnicos participantes dos estudos e levantamentos.

2 - DADOS GERAIS

Do tronco lingüístico Jê e família *Akwe*, a língua Xavante é usada correntemente entre os Xavante das aldeias citadas e com os demais indivíduos do grupo, enquanto o português só é falado quando em contato com os não-índios e, mesmo assim, com dificuldade por muitos.

Segundo David Maybury-Lewis, "... são as linhagens (grupo formado pelos indivíduos que se reclamam do mesmo antepassado comum, em virtude de uma regra de filiação unilinear) os grupos corporados nos quais o sistema político se baseia. (...) Uma facção é formada por uma linhagem e seus correligionários, que podem ser outras linhagens do mesmo clã (grupo formado por uma ou por várias linhagens), indivíduos isolados ou mesmo linhagens de outro clã. (...) A facção dominante em qualquer aldeia tem plena consciência de que as linhagens menores podem e de fato chegam a separar-se, provocando cisão, quando seus direitos são infringidos. (...) O sistema político depende assim de um delicado balanço de poder e interesse" (Maybury-Lewis, David. A Sociedade Xavante. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1984 : 225/6).

Resumidamente, temos que o sistema político na sociedade Xavante tem por principal característica o factionalismo que é marcante quanto à distribuição espacial da população. Ele fornece a base para a compreensão dos processos de cisão verificados mesmo antes do contato. Fazendo-se necessário ressaltar, porém, que a postura de cada grupo quanto a aceitação ou rejeição do contato se torna um fator marcante a influir nos processos de cisão, desde as primeiras experiências do povo Xavante com o mundo dos não-índios, assim como as profundas alterações econômicas, demográficas, ambientais e geopolíticas vivenciadas pelo grupo.

No campo político estas alterações vão se processar, principalmente, pela introdução de novos mecanismos de alcance do prestígio, fundamental para o exercício da liderança. Contrapondo-se à habilidade na caça e na guerra, teremos a habilidade no relacionamento com os não-índios e na obtenção de recursos para a comunidade. Também o exercício de funções remuneradas e de grande poder de influência, como chefe de posto, monitor de saúde ou professor, permite, principalmente aos mais jovens, prestígio suficiente para pretender galgar os postos de chefia. A postura frente aos brancos e a escolha das alianças a serem mantidas com os setores específicos da sociedade nacional (FUNAI, prefeituras, fazendeiros e missões), às vezes conflitivas entre si, refletem também sobre os processos de cisões.

Econômicos” implementados geralmente não levam em conta estes fatores; pelo contrário, muitas vezes buscam favorecer uma “política de caciques”. Outro fator econômico relevante é a escassez de recursos naturais, principalmente de caça, provocado pela depredação do ambiente e exploração intensiva oriunda da sedentarização e do crescimento demográfico que se tem dado a taxas bastante altas.

Outros fatores importantes e que devem ser considerados para a compreensão do faccionalismo do grupo é a defesa territorial e o aumento populacional.

Tais fatores já eram ressaltados por Araci Lopes da Silva; em 1986, ao afirmar: “Os Xavante, nos últimos anos, têm aliado o faccionalismo que caracteriza o seu sistema político tradicional a uma estratégia muito atual de defesa de seu território. Assim é que as disputas faccionais somadas à recuperação demográfica do grupo tem levado sistematicamente a cisões que propiciam, através do surgimento de novas aldeias a ocupação, controle e fiscalização das várias áreas de cada reserva” (Lopes da Silva, Maria Araci de Pádua. Nomes e Amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê. FFLCH - USP, Coleção Antropologia, vol. 6, São Paulo, 1986:49).

É preciso considerar, ainda, como uma característica dos Xavante as migrações internas que são de caráter sazonal e prestam-se, principalmente, ao atendimento das necessidades de se obter um bom rendimento das atividades de caça e coleta.

Resultado de uma adaptação à jurisdição administrativa da FUNAI, a distribuição espacial dos grupos (façções) de Parabubure, tem hoje a seguinte configuração:

PIN Parabubure: Aldeia *Parabubu*, Palmeiras, São Jorge, Santa Luzia, Santo do Céu, São João Batista, Pedra Preta, e Santo André;
PIN Xavante: Aldeia Couto Magalhães, Santa Maria, São Domingo Sávio, Espírito Santo, São Pedro, São Paulo, Nossa Senhora Aparecida, São José, Santa Clara e São Felipe;
PIN Campinas: campinas, Cão Preto, Boa Vida, Jerusalém, Mato Grosso e Santa Helena;
PIN Estrela: Aldeias Estrela, Barreiro e Jacu;
PIN Itá: Aldeias Egito, Buritizal, Brasil e *Etepore*; e
PIN *Ubanawe*: aldeias Novo Paraíso, Aldeinha, Água Limpa, Aldeona, Córrego da Mata, Betel, Santa Cruz, Sucuri, Baixão e Alto da Vitória

3 - HABITAÇÃO PERMANENTE

A Terra Indígena Parabubure, com 224.447 ha, conta com uma população de 3.237 indivíduos habitando as 41 aldeias a seguir relacionadas com suas respectivas populações: Novo Paraíso - 224; Aldeinha - 125; Aldeona - 244; Água Limpa - 29; Sucuri - 116; Baixão - 29; Santa Cruz - 97; Córrego da Mata - 131; Alto da vitória - 15; Betel - 22; Campinas - 141; Mato Grosso - 51; Jerusalém - 22; Santa Helena - 34; Boa Vida - 87; Chão Preto - 56; Egito - 68; Buritizal - 67; Brasil - 41; *Etepore* - 66; Estrela - 176; Barreiro - 36; Jacu - 55; São Pedro - 268; São José - 89; São Domingos Sávio - 90; São Paulo - 29; São Felipe - 137; Santa Clara - 142; Santa Maria - 43; Nossa Senhora Aparecida - 17; Espírito Santo - 52; Couto Magalhães - 41; *Parabubu* - 95; São Jorge - 89; Santo André - 42; Pedra Preta - 20; Palmeiras - 34; Santa Luzia - 28; Santo do Céu - 10; e São João Batista - 79.

A demografia Xavante há tempos vem sendo objeto de reflexão. Como outros povos, sofreram um decréscimo populacional drástico na primeira fase do estabelecimento do contato e nos primeiros vinte anos após. Num segundo momento passaram a ter uma acelerada recuperação demográfica, com taxas de crescimento bastante elevadas.

Das 06 aldeias existentes nessa terra indígena quando de sua demarcação, em 1980, passaram a 16 em 1985, 20 em 1988, e em 1995 as 41 acima relacionadas.

Na área em estudo existe apenas uma aldeia de nome Água Limpa, com uma população de 29 habitantes. Instalada na área em 1990, está situada a poucos quilômetros do córrego Água Limpa ou *Óprabá'óá*, na língua Xavante, o qual lhe emprestou o nome. Outras duas aldeias, Novo Paraíso e Aldeinha, embora não estejam dentro dessa terra, dela dependem, inclusive para construção de suas casas, estando muito próximas do rio Paraíso que materializa seu limite Leste.

4 - HISTÓRICO

O povo Xavante não é originário da região de Mato Grosso. Alguns autores, baseando-se na história oral do grupo, dizem que ele viveu no litoral (do mar), em tempos remotos.

As primeiras notícias que dos Xavante são dadas, os encontram em Goiás, em 1751 (Chaim, Marjvone Matos. Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749 - 1811, 2ª ed., Nobel, Fundação Pró-Memória. São Paulo, 1983: 39/42 e Silva, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história Xavante. In Cunha, Manoela Carneiro da (org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992: 362). Considerados pacíficos até aquela época passaram a atacar os garimpeiros que se aventuravam por seu território, tendo por isso sofrido represálias. A Guerra ofensiva contra os Xavante foi decretada em 1764, sendo que só em 1788 foram “vencidos” e aldeados no aldeamento Carretão III, em número superior a 2000 índios. Após uma epidemia que matou mais de cem deles e em função da escravidão e dos maus tratos a que foram submetidos, fugiram aos poucos desse aldeamento. Acuados em seu próprio território, embrenharam-se nas matas, onde passaram a se defender cada vez mais, acabaram por ver-se na contingência de abandoná-lo tomando o rumo do Estado do Mato Grosso, até então não ocupado pelas frentes colonizadoras.

Neste processo, segundo Ravagnani, deu-se a cisão entre os grupos Akwe, passando os que permaneceram em Goiás a serem chamados de Xerente (Ravagnani, Oswaldo Martins. A Experiência Xavante com o mundo dos brancos. UNESP, Araraquara - SP, 1991: 25-68).

Ainda que a época exata dessa travessia dos rios Araguaia e das Mortes seja tema controverso, Ravagnani, encontrou documentos que relatam a presença do grupo, no Mato Grosso, já no ano de 1800 (supra citada: 72).

Segundo Sbardellotto, após terem travado guerras com as nações indígenas que ocupavam a área, “até o ano de 1850 já tinham tomado posse definitivamente de suas novas terras, donos “incontestados” a rechaçar para sempre mais longe: para o Norte os Tapirapé e Kaiapós, para as praias do Araguaia, ao Leste os Karajás, para o Sul os Bororos, para o Sudeste os Karajá e Bakairis” (Sbardellotto, Pe. Pedro. Sugestões para criação de reservas para os índios Xavante. In: Do primeiro encontro dos Xavante à demarcação de suas reservas. Missão Salesiana do Mato Grosso, Campo Grande, 1996).

Seu novo território tinha como limites, segundo Ravagnani: ao Sul, o Rio das Mortes; a Leste o Rio Araguaia; ao Norte o Rio Tapirapé; e a Oeste a Serra do Roncador.

Reconstruir dentro desse território as migrações Xavante até chegar às atuais aldeias é tarefa hercúlea e ainda não enfrentada objetivamente. Isto se torna ainda mais complicado se observamos que as freqüentes cisões e recomposições de aldeias e o exílio forçado nas missões e postos do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), terminaram por embaralhar os elementos, não se permitindo afirmar com exatidão a correspondência entre os habitantes de todas as aldeias atuais às antigas.

Segundo Giaccaria & Heide, em 1860/70, parte do grupo ocupava uma aldeia denominada *Wedé'ú*, nas margens do Rio das Mortes que, após pelo menos quatro cisões e localizações diferenciadas, constituiu-se na aldeia *Oniudü*, localizada no rio Culuene.

Com base nos diversos estudos já realizados sobre o grupo e em informações coletadas em campo, pelos técnicos do GT, sabe-se que os habitantes das aldeias Água Limpa, Paraíso e Aldeinha são remanescentes do grupo da Aldeia *Oniudü* do qual cindiu-se recentemente. Esta aldeia seria a mesma *Anhiutire* que é o nome dado pelos Xavante à atual aldeia Aldeona, a qual dizem ter existido no mesmo lugar antes do contato. Assim, a exploração sistemática das terras em estudos, nas quais situaram vários acampamentos de caça semi permanente, as “aldeias de *Dzömori*”, referidas adiante. Portanto, a ocupação das terras em estudo iniciou-se desde, pelo menos, o terceiro quarto deste século.

Sbardellotto (já citado: 93/94) fala da abertura de um posto de atração do SPI, no ano de 1941, no mesmo local onde os salesianos tentaram fazer contato com os Xavante de Couto Magalhães e Culuene, em 1914.

Durante cerca de 200 anos, após muitas fugas, tiveram os Xavante de resistir à violência dos que pretenderam reduzi-los à força e que acabaram usurpando seus territórios em Goiás; guerrear contra muitos

inimigos para constituir um novo território em Mato Grosso; expulsar aqueles que tentaram invadi-lo; e repelir os que tentaram lhes tirar a liberdade mediante métodos persuasórios.

Na segunda metade da década de 1940, não havia mais como continuar tal resistência ou para onde fugir. A “Marcha para o Oeste” estava encaçada e nela se empenhavam o Governo Federal e todas as forças estaduais. Eles, os Xavante, eram o último obstáculo a transpor.

As terras da região dos Rios Couto de Magalhães e Culuene, por alguns anos ainda, foram refúgio para aqueles que teimosamente insistiam em resistir. A despeito de saberem e conhecerem as “boas novas” que o contato podia lhes dar, recusaram os espelhos e as panelas. Agüentaram uns tantos massacres, mas não puderam resistir às doenças. Segundo Sbardellotto (já citado: 100-105) existiam em 1950 três grupos na região chamada *Nordüsu'rá*. “Parte do grupo que vivia em *Parabubu* rumou para a região do rio Kuluene, onde segundo depoimento dos Xavante e os registros de fontes bibliográficas, existiam algumas aldeias: *Oniudü*, *Orniture*, *Rituvawe*. Como aconteceu aos Xavante de *Parabubu*, as epidemias levou-os a migrarem para o P.I. Simões Lopes e Batovi, por volta de 1953-54” (Serpa, Paulo. “Laudo Antropológico” - Justiça Federal de Mato Grosso, 1990: 142-43).

A década de 1950 representa a “rendição” dos Xavante. No início desta década, em 1950, pelo Decreto Estadual nº 903 de 28/03/1950, o Estado do Mato Grosso doou aos Xavante “as terras que ocupam no município de Barra dos Garças” com uma extensão aproximada de dois milhões de hectares. Dele constava, no entanto, uma cláusula que determinava o retorno das terras ao Estado caso o SPI não as demarcassem até o prazo máximo de dois anos. Como previsível, tal demarcação não aconteceu, passando o Governo do Estado já em 1952 a titulá-las a terceiros nelas interessados, desconhecendo por completo os direitos dos seus verdadeiros donos.

Nesse mesmo ano de 1952 foi levado ao Congresso Nacional a proposta de criação do Parque Indígena do Xingu. Nele estavam incluídas as terras Xavante, desde os afluentes do rio Xingu como o rio Culuene, até o rio das Mortes. Em 1961 o PQXIN foi criado, mas dele excluído o território Xavante.

Sem as terras regularizadas, vencidos pelas doenças e combatidos por aqueles que desejavam suas terras, o grupo foi se “entregando” aos poucos e mudando-se para junto dos postos do SPI e para as Missões Salesianas. As últimas aldeias da região da atual T. I. Parabubure a mudar-se foram: *Onhiutire* em 1955; *Parabubu* 1957; *Wedetede* e *Rituvawe* entre 1956 e 1958 e *Parawanha'radze*, entre 1958 e 1959.

Tais mudanças deixaram a área livre para que o Governo do Estado de Mato Grosso, que já vinha vendendo tais terras de uso tradicional Xavante a um sem número de aventureiros, propiciasse a estes ocupá-las de fato.

Não durou muito o afastamento dos Xavante das terras que sempre consideraram como suas. Pouco tempo após terem se abrigado nas missões e postos do SPI, começaram a se organizar para o retorno.

Quando aos grupos que habitavam o Kuluene antes do contato, os velhos *Mié* e *Serejare* (Chiquinho e Gonçalo), apontaram a Costa Filho, Aderval. “Relatório Final - Trabalho de levantamento fundiário ambiental Xavante PIN Kuluene” in: Processo FUNAI nº. 1800/90, fls. 5-62, 1190, a existência, na área em estudo, de 04 aldeias antigas, relatando os nomes dos índios mortos, enterrados em cemitérios nas suas proximidades.

O velho *Wawemrä*, também ouvido por Costa Filho, levou os técnicos do GT ao local de uma destas aldeias, situado à margem de um pequeno afluente do córrego Ouro Fino ou Soberba (*Ó'warare*). Esta aldeia provavelmente era a mesma chamada *Óware* em Giaccaria, Bartolomeu & Heide, Adalberto. “Xavante (*Awe Uptabe*: Povo Autêntico)”. Editora Dom Bosco, São Paulo, 1972. Teria existido por volta do ano de 1929, se considerarmos, como estes autores, o ano de 1860, como sendo o da travessia do rio das Mortes. *Wawemrä* conta ter vivido ali, quando garoto. Ali estão enterrados vários de seus parentes.

Outra aldeia antiga, visitada pelo grupo técnico que estudou a área, foi identificada por Enedina, esposa do Cacique Gabriel e pelo Cacique Simão. Esta foi utilizada durante várias temporadas de caça, segundo contam, não sendo aldeia principal. Neste local faleceu um irmão de Enedina, o qual foi sepultado junto a uma árvore de *Sucupira*, ainda existente. Naquela área, os primeiros ocupantes não índios, familiares de Manoel “Delegado”, confirmam ter encontrado muitos vestígios de cerâmica. Um destes, chamado Josias, conserva em seu poder uma panela de pedra por ele encontrada no local.

Os locais das outras duas aldeias antigas não foram visitados pelos técnicos do GT, devido a dificuldade de acesso, porém informaram-nos que ambas situavam-se nas cabeceiras do córrego *Óprabá'óá*, Água Limpa.

4.1 - Cronologia da Legalização da Atual T.I. Parabubure

Já em 1965, o líder Xavante Benedito, que fora “atraído” para a Missão Salesiana, transferiu-se para a sua antiga aldeia no rio Couto de Magalhães, área em que já se havia instalado a fazenda Xavantina.

Em 1967 o Governo do Estado do Mato Grosso reservou uma área de 10.000 ha para a aldeia do Benedito, conforme Reg. nº 19.250, Lv. nº 34, fl.88 a 89V, Cartório do 4º Ofício Cuiabá - MT.

No início dos anos 70, mesmo com a exiguidade de terras reconquistadas, foram voltando aos poucos à sua área de origem e reorganizando-se para as próximas batalhas, na tentativa de reaver a integridade do seu território.

Em 1968 a FUNAI apresentou uma proposta com base no decreto estadual de 1950 que, embora não abrangesse as cabeceiras do Rio Couto Magalhães nem a sua margem esquerda onde estavam situadas suas principais aldeias, foi considerada visionária.

Em 23/09/1969, pelo Decreto nº 65.212 foi criada a Reserva Rio Couto Magalhães, que, em 13/10/69, foi alterada pelo Decreto nº 65.405, também alterado pelo Decreto nº 75.426 de 27/11/1975.

Em 27/02/1975, foi criado pelo Presidente da FUNAI, o Posto Indígena Culuene, com superfície aproximada de 51.000 ha.

Em 21/12/1979, pelo Decreto nº 84.337, cria-se a Reserva Indígena Parabubure, homologada com 224.447 ha, nela incluindo a Reserva Indígena Couto Magalhães e o Posto Indígena Culuene.

Embora reconhecendo que o grupo indígena preexistiu na área aos não índios, que ele foi expulso da região por pressão armada e biológica, várias reivindicações de trechos do território Xavante não foram incluídos na T.I. Parabubure, inclusive a que engloba a área em análise.

Assim, mal fora garantida a posse sobre as terras demarcadas, lá estavam novamente os Xavante a reivindicarem aquilo que não lhes fora devolvido; prova cabal da insatisfação e da impropriedade dos limites até hoje mantidos.

Novos conflitos estouraram na segunda metade da década de 80, agora principalmente no Kuluene. Os antigos ocupantes não índios da Vila Patrimônio, tendo apenas se transferido para a outra margem do rio Paraíso, juntaram-se à família Machado e outros. A atividade pecuária desenvolvida por eles começou a provocar uma rápida depredação da área que os Xavante sempre consideraram como deles. Ali tinham seus antigos cemitérios, que começavam a ser revolvidos pelos tratores; suas cavernas que eram invadidas e profanadas e a sua principal área de caça, à qual estavam sendo impedidos de usar. Um dos ocupantes dessa área o Sr. Olinto de Brito, além de proibi-los de caçar naquela que considerava sua propriedade, em 1986, chegou a invadir a aldeia Paraíso, junto com homens da Polícia Militar, para intimidar os índios. Em fevereiro de 1987, este mesmo senhor fez nova invasão da aldeia, com dez homens armados e deixa em pânico as mulheres e crianças, os únicos que ali se encontravam no momento, porque os homens estavam caçando. Também mantiveram relações sexuais com as mulheres da aldeia.

Revoltados com tais acontecimentos e não vendo ações nem da FUNAI, nem do Governo do Estado de Mato Grosso, queimaram as casas do posseiro para não permitir sua volta.

Facé à grande tensão reinante na área, em agosto de 1989, foi constituída uma equipe por servidores do Estado do Mato Grosso e da FUNAI para realizar levantamentos na área, do que resultou um acordo entre posseiros e índios e a interdição da área, comprometendo-se o Estado a não mais emitir títulos na mesma. Neste época havia apenas 12 posseiros ocupando-a, sendo 02 com títulos definitivos. Porém, em 1990, mesmo com o acordo, a área já contava com 80 posseiros e o próprio Governo do Estado de Mato Grosso estava

arrecadando terras e registrando-as em nome da Gleba Ouro Fino. Pretendia titular as terras para regularizar a situação das posses. Como mais uma vez a situação se agravava, os Xavante resolveram expulsar a família Machado da área e implantar no local a aldeia Água Limpa. Ainda assim a solução não veio e a descaracterização da área continuou. Em 1995, os Xavante saqueiam outra propriedade que além de descaracterizar a área, fazia transações com parte das terras ocupadas pelos índios. Só então, surge em 1996, a concordância entre as partes envolvidas, índios, FUNAI e Governo do Estado do Mato Grosso, para o estudo do qual resultou este resumo.

5 - ATIVIDADES PRODUTIVAS

A CAÇA é, tradicionalmente, a principal atividade dos Xavante. Sua importância, no nível econômico, se dá por ser a principal fonte na obtenção de recursos proteicos. No campo das representações simbólicas ela mantém atividade primordiais ao modo de vida do grupo. As principais espécies caçadas são: anta, queixada, caititu, cervo, veado, tatu, tamandúá, paca, cotia, onças, aves como ema, seriema, jacu, mutum pombas, perdizes e nhambus.

Os Xavante classificam as caçadas de acordo com suas finalidades, sendo as mais importantes, as seguintes: *Hõmonõ*, *Abá, Dú, Dabatsá, Iiseré e Dzomõri*. Sucintamente e para exemplificação explicitamos as características básicas de uma delas, a *Hõmonõ*: é uma caçada coletiva que envolve a maior parte dos homens da aldeia; tem duração aproximada de uma semana; é realizada em área aberta, em várzeas e buritizais; é decidida pelo *Warã*, conselho da aldeia; sua realização ocorre em período seco; há distribuição dos participantes em grupos de idade, os quais tem atribuições específicas; os iniciados não tomam parte na caçada propriamente dita, ficando responsáveis pelo acampamento e preparo dos animais caçados; a caça consumida no acampamento é apenas aquela conseguida no primeiro dia, sendo que nos demais se consome apenas os "míudos" dos animais caçados; os homens do grupo de idade mais velho são os responsáveis pela distribuição do produto da caça na aldeia; e a comunicação entre os participantes é feita via gritos específicos que indicam o encontro de rastros de animais determinados.

A técnica do uso do fogo para conseguir maior rendimento em caçadas e que é famosa e sabidamente predadora do ambiente, se dá na caçada chamada *Dú*.

Em todos os casos a apropriação dos animais caçados nunca é de quem matou o animal. Na maioria das vezes é de quem o viu primeiro. Ainda assim a distribuição não é feita por aquele que dela se apropriou, cabendo a este apenas sugerir a parte que gostaria de receber, ou então uma parte determinada segundo normas ditadas pelos padrões culturais do grupo.

As "caçadas de espera", por não ser tradicional do grupo, não recai nenhum compromisso social previsto, podendo, por isso, ser destinado ao comércio.

A COLETA é de singular importância para o grupo. Segundo Maybury-Lewis, "sem a caça a cultura Xavante seriam muito diferente; mas sem a coleta, os Xavante não seriam jamais capazes de existir" (Maybury-Lewis David, já citado: 87).

Tamãha importância é atestada inclusive pela toponímia, identificando-se lugares e aldeias pela característica disponibilidade de produtos de coleta onde se localizam. O próprio nome Terra Indígena Parabubure, teve origem na antiga aldeia *Parabubu*, cujo nome é o mesmo de uma batata amarga muito comum no local.

Os Xavante, coletam, para fins diversos, uma infinidade de plantas, frutos, tubérculos, raízes, insetos e larvas. Sua importância está ligada ao fato de proporcionar alimento constante, variado, saboroso e de grande importância na subsistência do grupo. A guisa de exemplos destacam-se: a) alimentação: as palmeiras - Babaçu, acuri, buriti, macaúba, pindoba e piapaba; as frutas do cerrado; pequi, jatobá, jabuticaba, baru, caju e mangaba; a formiga vermelha, larvas de abelha e mel; b) artesanal - confecção de utensílios domésticos, ornamentos, armas, cerâmica, ferramentas - as palmeiras tucum, buriti e babaçu; sucupira; pau-brasil; aroeira; piteiras; envireiras, bambus e taquaras diversas; e c) diversas plantas medicinais.

A PESCA, tida por vários estudiosos da cultura Xavante como "ocasional" ou "de pouca importância" é, no entanto, desde tempos remotos, uma atividade tradicional do grupo. Sua prática tem valor simbólico e prático, estando a ela ligados alguns rituais específicos e mitologias referentes aos espíritos que habitam as águas dos rios e lagos.

A introdução de novas técnicas, a exemplo da linha e do anzol, somadas à relativa escassez de caça, à menor disponibilidade de tempo em função da dedicação à agricultura e à sedentarização em regiões próximas a rios e córregos em função de facilitar o contato, tomaram-na uma atividade imprescindível.

A pesca pode ser praticada por ambos os sexos, inclusive por crianças, individual ou em grupos. A chamada *Abawadzi* é coletiva, envolve toda a aldeia, e sua realização envolve um ritual próprio que é propiciatório à sua realização. Para os Xavante os rios são habitados por espíritos bons, os *Ódedewa* (donos dos rios), a quem se deve pedir permissão para pescar. Segundo a mitologia do grupo, foram estes espíritos que lhes deram as abóboras e as batatas. Os lagos são habitados por espíritos considerados "sovinas e perigosos", os *U'utedewa*, aos quais também se deve pedir em rituais próprios, permissão para pesca.

Há entre os Xavante, tanto em relação à caça como à coleta e à pesca, um posicionamento intransigente de defesa desses recursos, implicando isso na defesa do território como um todo.

A AGRICULTURA, é uma atividade acentuadamente marcada pelo contato. Antes, os Xavante cultivavam poucos produtos: milho (7 variedades), feijão, abóboras, mandioca, batata, algodão e urucum. Segundo Maybury-Lewis (já citado: 93), "para os Xavante, o produto das colheitas eram pensado mais como alimento para ser usado nas celebrações do que como fonte essencial para a sobrevivência da comunidade".

As roças eram, exclusivamente, familiares sendo o grupo doméstico, por excelência, a unidade econômica básica. A maior parte da atividade era de responsabilidade feminina. Os homens tomavam parte, conjuntamente, na tarefa de derrubada, queima e plantio. Caracterizava-se pela técnica de coivara e sistema de agricultura móvel.

Porém, as alterações no sistema tradicional começaram a ser implantados, pelo SPI, mesmo antes do contato, fazendo parte de uma política deliberada de ocupação do seu território pelas frentes de expansão da sociedade nacional. Com esse objetivo o SPI preparou roças durante a "atração" para serem repassadas aos índios, bem como tentou persuadi-los a cultivarem outras plantas, a exemplo de arroz, macaxeira e banana. No final dos anos de 1970, com o projeto Xavante, que envolveu vultosos recursos, a FUNAI tomou como norma, nas reservas Xavante, inclusive em Parabubure, a implantação de roças comunitárias mecanizadas para a produção intensiva de arroz destinado sobretudo à venda. As roças tradicionais continuaram a existir porém sem maiores incentivos.

Apesar do grande dispêndio financeiro e da enorme propaganda que envolveu o projeto, ele foi na prática um verdadeiro desastre. Integralmente mantido pela instituição, cujos funcionários se desdobravam, para, pessoalmente, operar as máquinas e garantir as metas previstas, sua sustentabilidade era artificial, até mesmo nos resultados da produção. Tão logo secou a fonte dos recursos, com a crise na qual entrou o país naqueles anos, no fim da era do "milagre econômico", o projeto foi à bancarota. "Exército de tratores, arados, semeadeiras e colheteiras" virou sucata ou foi vendido pelos próprios Xavante. O resultado pior para os Xavante no entanto foi a destruturação de seu modo de produção e as conseqüentes mudanças no modo de vida do grupo. A sedentarização sem os necessários saneamentos básicos e a as alterações alimentares que passaram a ter como base os produtos agrícolas, geraram a incidência de doenças infecto-parasitárias e infecto-contagiosas a exemplo de diarreias, pneumonias e tuberculose.

Atualmente há um intenso esforço dos próprios índios no sentido de aumentar a produção agrícola, inclusive de espécies destinadas basicamente ao comércio, como banana e o café.

A PECUÁRIA, atividade desconhecida pela cultura Xavante era, para o projeto Xavante, a maneira de fornecer a proteína necessária à complementação da produção agrícola. Ainda que o grupo contasse com boas pastagens e muitas matrizes para iniciar a atividade, não a assimilou e o que resta dela é insignificante.

A EXTRAÇÃO DA MADEIRA é uma atividade econômica sabidamente irregular pelos Xavante. Praticada com certa freqüência em algumas aldeias, tem causado problemas diversos com as autoridades nacionais e mesmo entre os grupos. Ainda que o grupo venha se conscientizando dos problemas ecológicos

causados por esta atividade, não há perspectiva de solução para a sua paralisação completa, sobretudo, por ser uma fonte de dinheiro fácil.

OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, como avicultura, suinocultura e artesanato não tem grande significação entre os Xavante. Diferentemente, a VENDA DA FORÇA DE TRABALHO, maiormente na forma de emprego na FUNAI, ainda que envolva diretamente poucas pessoas, tem um grande poder. O valor da remuneração e sua regularidade, proporciona a seus detentores, condições de se destacar dentro do grupo, permitindo-lhes, inclusive, disputar a liderança da aldeia. Também a BUSCA DE PRESENTES E DOAÇÕES, pelas lideranças, tem grande significação. Habilidosos neste mister, fazem dele a principal fonte na obtenção de medicação, ferramentas de trabalho, roupas, calçados, carros, combustíveis e alimentos. As principais fontes de obtenção desses recursos são a FUNAI, as igrejas, as ONGs indigenistas, os governos estaduais, as embaixadas de países europeus e os fazendeiros vizinhos. AS APOSENTADORIAS tem se tornado cada vez mais importantes para o grupo, sendo de ressaltar que os recursos desta fonte entram no sistema de obrigações culturais do grupo. Mesmo assim, acaba favorecendo mais a uns em detrimentos de outros.

6 - MEIO AMBIENTE

A T.I. *Ubwawe* encontra-se localizada na área dominada pelos tipos climáticos AW-tropical de savana e AWB-subtropical de altitude. O cerrado em suas diversas variações, marca e individualiza a região sob o aspecto fitofisionômico, estimando ocupar 80% da área. As matas de galeria, também presentes, ocupam as margens dos cursos d'água e apresentam boa umidade e altos índices de substâncias orgânicas em sua composição. A temperatura é elevada durante quase todo o ano, embora possam ocorrer quedas bruscas. O regime de chuvas tem dois períodos distintos: o chuvoso, de outubro a abril e o seco de maio a setembro. As precipitações anuais oscilam entre 1.400 e 1800 mm. A estação seca representa o período das grandes caçadas e da intensificação das atividades rituais; a das chuvas é o período das migrações, da coleta e do plantio.

Cortada por pequenos cursos d'água, os córregos Pinguela e Ouro Fino e seus afluentes e limitada pelos rios Paraíso e Culune e pelo córrego São José, é uma região de cabeceiras, muito bem drenada, piscosa, rica em caça e produtos de coleta. Apresenta partes propícias ao aproveitamento agrícola, segundo os padrões tradicionais do grupo, inclusive para as novas espécies em fase de cultivo comercial, como banana.

Os diversos cursos d'água são imprescindíveis à subsistência física e cultural dos próprios Xavante, assim como da fauna e flora locais. Deles servindo a população das aldeias Água Limpa, Paraíso e Aldeinha, para captação de água para consumo e banhos. Banhos diários para o asseio do corpo físico, banho para auxiliar na cura de algumas doenças e banhos para preparar o corpo dos adolescentes no ritual de iniciação masculino.

Os principais impactos causados à área levaram a desertificação de parte do cerrado e das matas de galeria, cerca de 16% dela, não chegando, felizmente, a provocar o desaparecimento de espécies da fauna e flora utilizados pelos Xavante.

7 - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

No levantamento fundiário realizado na área foi constatada a incidência de 18 ocupações, das quais 14 são tituladas e 03 são apossadas e uma não definida sua forma de ocupação. Desse total, 13 contam com benfeitorias, das quais 10 são tituladas e 03 apenas possedadas. Temos, assim, 05 sem benfeitorias.

Parte da Área em estudo, denominada Ouro Fino, foi arrecadada pelo Instituto de Terras do Mato Grosso - INTERMAT. Nela estão localizados: a) 04 pequenos posseiros com benfeitorias; b) 03 pequenos agricultores, agregados de terceiros, portanto sem direito a benfeitorias; e c) 04 titulados, cujos títulos foram emitidos pelo INTERMAT, em 1994, portanto após acordo firmado entre Xavante, Governo do Estado do Mato Grosso, posseiros e FUNAI, de que a área ficaria como estava até sua regularização. Quanto aos pequenos posseiros e pequenos agricultores, recomendou-se o reassentamento pelo INCRA. Quanto aos títulos emitidos pelo INTERMAT, 02 deles foram enviados à Procuradoria Geral do Estado para solicitação de cancelamento, tendo em vista irregularidades em suas emissões.

Uma grande extensão de terras, cerca de 12.612 ha, está sob domínio de Iris de Souza Barbosa - Agropecuária Trevo. Dela apenas 2.083 ha são titulados, os outros 10.529 ha não são registrados, havendo uma área de 5.000 ha desmatada pelo antigo ocupante, a qual, por estar em adiantado estágio de recomposição vegetal, não foi reconhecida como área com benfeitorias.

Constatou-se ainda a existência de uma pequena posse ou acampamento de pesca não titulado e sem benfeitorias.

Registrou o relatório a superposição de títulos em três dos imóveis incidentes na área. Alguns posseiros expulsos pelos Xavante, em 1989, reclamaram junto aos técnicos do GT a indenização por benfeitorias, não mais existentes, edificadas na área onde foi construída a aldeia Água Limpa e que atualmente encontra-se titulada em nome de outros que não os que lá estavam quando da expulsão.

Segundo o relatório existe uma consciência geral sobre a reivindicação indígena e um consenso histórico sobre seus fundamentos, estando os ocupantes ansiosos por um rápido desfecho da situação, esperando receber uma indenização justa para abandonarem rapidamente as áreas que ocupam.

8 - CONCLUSÃO

Observa-se pelo dissertado ao longo do relatório que, historicamente e por direito, essas terras são Xavante, tendo sido, inclusive, doadas a eles pelo Estado de Mato Grosso, na década de 1950, o que só não se efetivou por falta de interesse do então SPI em demarcá-las. Também o próprio governo do Estado além de nada fazer para cumprir suas determinações cedeu a interesses contrários a tal efetivação, permitindo e até incentivando sua ocupação pelos integrantes da nova frente de ocupação que constituía a "Marcha para o Oeste".

A ocupação de modo tradicional dessas terras pelo grupo, segundo seus usos, costumes e tradições, como áreas de agricultura, caça, coleta e pesca ficou evidenciada de modo incontestável, ainda que outras formas de ocupação como a implantação de pastagem por não índios tenha ocorrido, em cerca de 16% dela.

A imprescindibilidade dessas terras aos Xavante, especialmente aos das aldeias Água Limpa, Novo Paraíso e Aldeinha, tanto para a preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar, como para a sua reprodução física e cultural, ficou clara e objetiva. Sem elas a população dessa aldeia ficaria privada de locais para a obtenção dos produtos necessários à sua sustentação física, os quais são advindos da caça, da coleta, da pesca e da atividade agrícola praticadas dentro dessa área, dos locais onde estão enterrados muitos dos antepassados e das cavernas onde "moram" ancestrais míticos do grupo.

Ainda que a existência de títulos definitivos fornecidos pelo INTERMAT em 1994 e outros regularizados na década de 1960 possam causar, à primeira vista, uma idéia de ocupação não indígena consolidada e absolutamente legal, o relatório mostra que isso não é real. Várias falhas foram observadas descaracterizando essa impressão, das quais ressaltamos: a) política deliberada do Estado do Mato Grosso no sentido de proporcionar a ocupação das terras sabidamente Xavante; b) existência de títulos superpostos; c) erros na emissão de títulos definitivos; e d) descumprimento, por parte do Estado do Mato Grosso e dos ocupantes não índios, a acordos firmados com os Xavante e com a FUNAI.

NORALDINO VIEIRA CRUVINEL

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO - DEM

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Denominação
Terra Indígena UBAAWE

DOU
04.09.97 19.463

Aldeias Integrantes
Água Limpa
Grupo Indígena
Xavante
Localização

Município: Novo São Joaquim
Administração Regional: ADR de Nova Xavantina

Estado: Mato Grosso

Extremo	Coordenadas dos Extremos	
	Latitude	Longitude
Norte	14°24'16" S	53°27'56" Wgr
Leste	14°34'48" S	53°21'03" Wgr
Sul	14°42'27" S	53°36'21" Wgr
Oeste	14°33'55" S	53°37'36" Wgr

Base Cartográfica

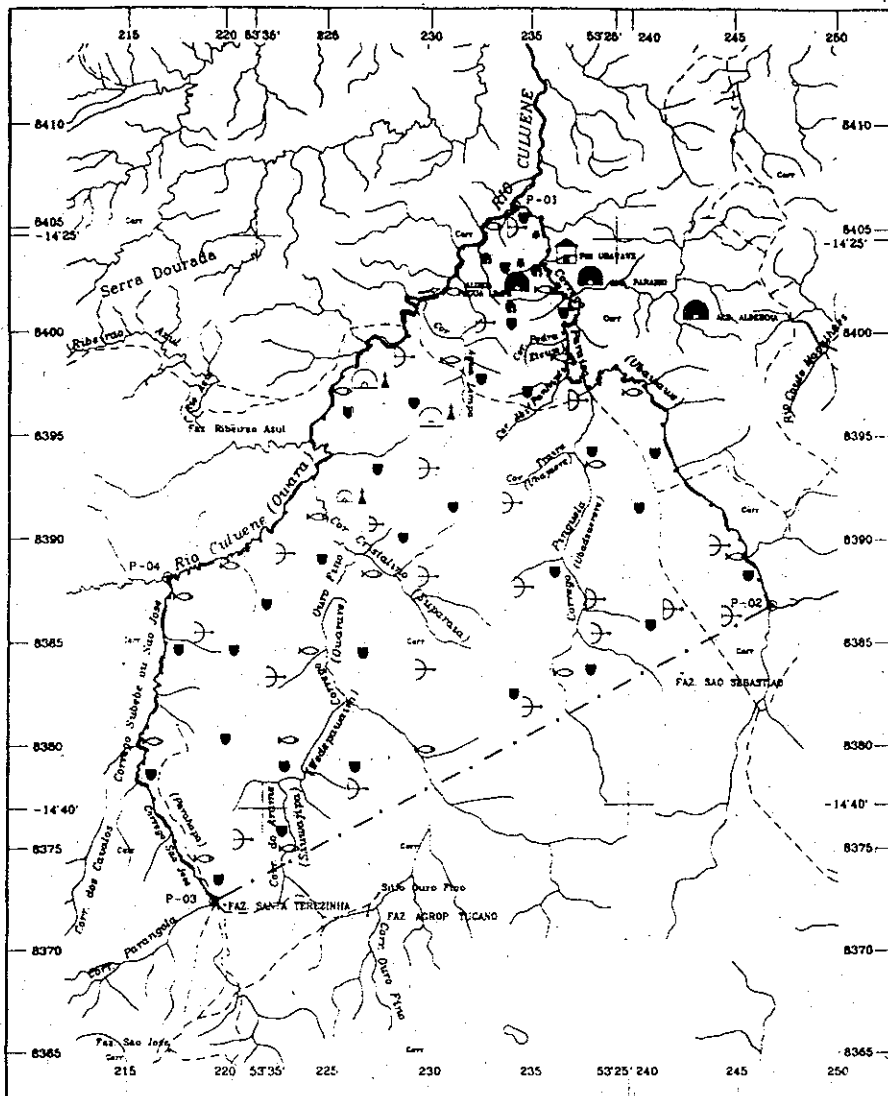
Nomenclatura	Escala	Orgão	Ano
SD 22-Y-A-I; SD 22-Y-A-II; SD 22-Y-A-IV; SD 22-Y-A-V	1:100.000	D S G	1977

Dimensões

Superfície: 51.900 ha (cinquenta e um mil e novecentos hectares) aproximadamente.
Perímetro: 120 km (cento e vinte quilômetros) aproximadamente.

Descrição do Perímetro

NORTE/LESTE: partindo do Ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 14°24'16" S e 53°27'56" Wgr, localizado na confluência do córrego Paraíso com o Rio Culuene, segue-se a montante do referido córrego até o Ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 14°34'48" S e 53°21'03" Wgr, localizado na sua confluência com um córrego sem denominação. SUL: do ponto antes descrito, segue-se por uma linha seca até o Ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 14°42'27" S e 53°36'21" Wgr, localizado na confluência dos córregos Parangola e São José. OESTE: do ponto antes descrito, segue-se a jusante do córrego São José, até o Ponto P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 14°33'55" S e 53°37'36" Wgr, localizado na confluência do referido córrego com o rio Culuene. Daí, segue a jusante do referido rio até o Ponto P-01, início da descrição perimétrica. Técnico responsável pela identificação dos limites: Gilmar Campos Soeiro, ADR Cuiabá, CREA MT-4.496/TD.



SINAIS CONVENCIONAIS

- — TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- ⊙ — PONTO DEFINIDOR DE LIMITE PONTO DE SATELITE
- CURSO D'ÁGUA
- ALDEIA ALDEIA ABANDONADA
- POSTO INDÍGENA
- CACA, PESCA
- CANTINHO
- ROÇA COLETA
- CANTINA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

DENOMINAÇÃO TERRA INDÍGENA UBAWAWE		PLANTA DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO NOVO SÃO JOAQUIM	ESTADO MATO GROSSO	SUPERFÍCIE APROX. 51.900 ha	PERÍMETRO APROX. 120 km
ADR REGIONAL XAVANTINA	TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS LIMITES GILMAR CAMPOS SOEIRO CREA-MT-4.496/TD	ESCALA 1/250.000	DATA JULHO 98
TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA REPRODUÇÃO DOS LIMITES JOSÉ CARLOS DE PAULA ADP/DAF		TÍTULO CHEFE DO BOM PORTARIA Nº	